

Encerro aqui as minhas palavras dizendo que esta semana a Prefeitura do Rio de Janeiro, por meio do prefeito Marcelo Crivella, o prefeito disse que ele está tentando demolir uma construção irregular, não em uma comunidade distante aqui da capital ou numa comunidade próxima aqui ao centro do Rio. Sabem onde, senhores? Na Vieira Souto. Essa construção já sofreu várias interdições, multas da prefeitura, ações do Poder Judiciário, mas nada acontece. Acima de todos os poderes, esta construção continua sendo feita com dois mil metros quadrados de forma irregular. Então, nesse estado de esculhambação em que nós vivemos muitas vezes o poder público vai atuar, mas, aí, outros poderes, outros poderes, interferem. Por exemplo, esta semana começou a demolição de casas de pessoas simples e pobres ali na região da Muzema. As pessoas foram protestar na madrugada de ontem para hoje em frente ao condomínio onde mora o prefeito do Rio de Janeiro. Então, senhores, o Rio vive um estado de esculhambação. E essa esculhambação não vem de dez, 20, 30, 40, vem de décadas, vem de séculos. Então, o poder aqui militar, o Corpo de Bombeiros, ele não pode ser vilipendiado ou acusado de prevaricar por conta dessa bagunça que é o Rio de Janeiro. Como bem disse o desembargador Siro Darlan, uma bagunça que atinge níveis altos, altos dos poderes públicos estabelecidos neste estado, e que pega inclusive comunidades pobres. Se o Corpo de Bombeiros for seguir à risca a lei, conforme determina, vai e não erre mais, ou seja, o Rio de Janeiro não pode viver hoje mais este estado de esculhambação. Nós vamos travar o Rio de Janeiro. E quem sabe travando o Rio de Janeiro, quando eu, militar, for lá para o Estado do Amazonas ou para São Paulo e alguém vier dizer na minha cara "oh, tu é carioca esperto, hein, tu é malandro, gosta de passar a perna nos outros, lá é uma verdadeira bagunça". Eu vou dizer "Não, porque o meu estado foi travado, porque o Corpo de Bombeiros travou desde os poderes altos, Poder Executivo, Legislativo, Judiciário, até aquela casa, aquele comércio que está lá na ponta da linha, ou as casas de luxo em que vivem lá na Zona Sul do Rio de Janeiro. O meu estado, o Corpo de Bombeiros travou". Não houve interferência do Ministério Público, não houve interferência do Poder Legislativo, não houve interferência do Poder Judiciário, e não houve interferência da banda podre da imprensa.

Então, eu estou aqui para enaltecer o Corpo de Bombeiros, enaltecer a comissão que chamou o Corpo de Bombeiros para esta questão, e não é uma questão seletiva. Se a comissão entender que há outras áreas do Rio de Janeiro, áreas inclusive de alto poder aquisitivo que precisam ser interditadas para se evitar incêndios, como por exemplo, lá no Ninho do Urubuu... Já foi citado aqui pelo presidente da comissão, quantas interferências, quantas ligações lá do Ninho do Urubuu? Interferência, ligações de gente importantíssima, inclusive aqui nesta Casa. E a comissão vai ouvir os representantes, as famílias logo após essa audiência aqui. Então, não é exclusiva lá da Vila Mimosa, porque a comissão está preocupada em atingir somente aquelas pessoas menos favorecidas. O maior clube do Brasil, um dos maiores do mundo, também está sendo investigado aqui nessa Comissão Parlamentar de Inquérito.

O que me envergonha, senhores, o que me envergonha e entristece é que muitas vezes fatos gravíssimos no meio dessa esculhambação que vive o Rio de Janeiro, a questão da ideologia fala tão alto. E eu até quero questionar por que aqueles parlamentares que vivem lá no plenário gritando, dizendo que defendem os direitos humanos vão para a televisão, fazem os seus discursos, vão para as redes sociais, por que nenhum deles está aqui? Por que nenhum deles? A Comissão de Direitos Humanos, por exemplo, desses grupos, nunca esteve verificando as condições dessas pessoas que estão lá na Vila Mimosa? Estas imagens que foram mostradas aqui pelo deputado Rodrigo Amorim são vergonhosas, e não se sabe nesta Casa que algum parlamentar da Comissão de Direitos Humanos estivesse ali para verificar isso! Aquilo é condição subumana, senhores! Aquilo é condição subumana! Então, não adianta usar o microfone da Casa e gritar, e falar em período eleitoral, por exemplo, ou ir para as redes sociais e fazer discursos para ludibriar vocês. Eu quero ver esses parlamentares que dizem que defendem os direitos humanos iludirem quem tem curso de doutorado; iludirem quem tem mestrado; iludirem professor universitário! Eles não mentem para eles. Eles mentem justamente para aqueles que vivem na periferia, que são explorados. Vocês são explorados por esses discursos maléficis, discursos energúmenos que não querem resolver o problema de vocês. Usam vocês, usam aquelas pessoas pobres. Usam e depois vêm para cá para Alerj dizer "Nós estamos aqui representando as pessoas em condições de fragilidade. Nós estamos aqui representando as prostitutas. Nós estamos aqui representando as pessoas que estão passando fome". Mentira! Eu digo para vocês que é mentira! Ou vocês estão vendendo algum representante da Comissão de Direitos Humanos aqui da Alerj nesse local? Pelo que estou vendo, não tem ninguém aqui neste lugar, por quê? Não interessa a eles ouvirem essas verdades que eu estou falando, que o deputado Knoploch está falando, que o deputado Rodrigo Amorim está falando, que o Corpo de Bombeiros está falando, e que outros estão fazendo discurso nesta Casa. Nós temos que parar de hipocrisia. Isso envergonha. Senhores, esse é o meu primeiro - estou encerrando, presidente -, este é o meu primeiro mandato, 31 anos dentro do quartel. Lá, no regime militar, o nosso pensamento é binário: ou é certo, ou é errado. Se está certo, vamos seguir a lei. Está errado, para. Como o Corpo de Bombeiros, por exemplo, está fazendo após estar tomando conhecimento dessas imagens abomináveis. Então, nós não podemos transformar em vilão aquele que goza de excelente prestígio perante todos da sociedade do Rio de Janeiro e do Brasil como um todo.

Muito obrigado, sr. presidente.
O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Obrigado, deputado. Passar a palavra para o dr. Janilson.
O SR. JANILSON FERRINHA - Não vou me alongar, até porque não conseguiria ser nem um pouco tão brilhante quanto as pessoas que já falaram aqui.

Primeiramente, gostaria de pedir ao deputado Paulo Teixeira para também colocar o seu gabinete à disposição da associação no intuito de ajudar a essas pessoas que ali estão. Vou pontuar, vou ser bem rápido na minha pontuação. Primeiramente pedir desculpa ao deputado Knoploch e ao deputado Rodrigo Amorim por eu em algum momento ser deselegante com v. exas., mas, aí, é o calor do momento; é o ímpeto de fazer a defesa de forma adequada e agüerrida, como deve ser feita.

O que me leva a falar e direcionar o Corpo de Bombeiros, é o seguinte ponto. No último despacho deles eles sugeriram um TAC. E me causa dúvida se há possibilidade de um TAC. É porque a gente pode verificar que não há um risco eminente. E se não há um risco eminente, não há necessidade de interdição. Há um projeto em andamento, e a dra. Camila pode falar melhor sobre isso, porque é uma área mais técnica, e esse projeto em andamento poderia estar sendo executado num prazo, salvo engano, de 180 dias, e após isso, caso não seja concluída a obra, desinterditado o ambiente, porque não há o risco eminente, aquela possibilidade de TAC, ser celebrado um TAC.

Eu gostaria que a dra. Camila Zanguini falasse um pouco melhor sobre esse ponto, que é justamente sobre essa questão. Se foi sugerido um TAC, então, nós podemos pressupor que não há um risco eminente. Risco eminente não seria um risco burocrático, não seria a ausência de um documento. Risco eminente seria "vai pegar fogo". E esclarecer que também não houve nenhum tipo de incêndio na Vila Mimosa que não se confunde com outras instituições que sejam próximas. Se houve algum foco, algum chamado do Corpo de Bombeiros em alguma instituição próxima, não é a Vila Mimosa, porque lá não houve. Ok?

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - O senhor quer primeiro ouvir... Acho que a arquiteta de vocês. O senhor prefere ouvi-la primeiro? Porque se tiver alguma questão...

A SRA. CAMILA ZANGUINI - Eu não sou arquiteta, não. Eu sou a dona da empresa.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Perdão. A senhora é engenheira?

A SRA. CAMILA ZANGUINI - Não, eu sou administradora. Eu tenho uma representante que é responsável pela minha empresa.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Mas a senhora se sente apta a responder tecnicamente?

A SRA. CAMILA ZANGUINI - Claro, com certeza.
O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Pois não.
A SRA. CAMILA ZANGUINI - Nós temos duas vertentes na vila que foram as interdições; uma foi para apresentar o projeto de segurança contra incêndio e pânico, que já está tramitando dentro do Corpo de Bombeiros; e de sinalização de emergência, iluminação, extintores e desobstrução das saídas de emergência. Por quê? Lá no local existia realmente, no corredor, que tem 3,10 metros, tinha uma grade que obstruía a saída e passava a ter só 90 centímetros. Nós tiramos a grade, nós construímos uma escada para que tivesse essa passagem desobstruída para alguma eventualidade.

Então, eu fui contratada, fiz o projeto, o projeto gerou um bilhete, nós demos baixa no bilhete, foi gerado outro bilhete que vence dia 20, que quem está como analista é o Mozart. Eu fui à BGST(?) essa semana conversar com ele, ele está em curso, e ele retorna dia 21, de repente vocês podem me confirmar isso. Mas ele na mesma hora desceu - era um horário de almoço - e veio falar comigo explicando a situação que estava em curso, mas eu ponderei a ele que no bilhete que foi gerado foram as mesmas coisas do bilhete anterior. Então, ele me fez algumas ponderações que antes no projeto não tinha rede de Sprinkler, e como o local não tem ventilação, precisaria colocar. E, aí, eu marquei uma visita técnica com ele quando ele retornasse do curso. Então, o processo do projeto está tramitando dentro do Corpo de Bombeiros, sendo analisado e acompanhado diariamente. Isso é um ponto.

Quando eu entrei para poder fazer a desinterdição, existiam sete itens que a gente deveria cumprir, que era a questão de extintor, de iluminação, de sinalização, da desobstrução da saída de emergência, de elétrica e utilização de gás, porque foi encontrado um bujão de gás lá na vistoria. Isso tudo nós fizemos, só não demos baixa em um item, que foi a elétrica. Por que da elétrica? A elétrica precisa de um projeto que seja aprovado na Light para posterior a isso ser feita a obra de elétrica. E não é de um dia para a noite que você executa uma obra dessas. Então, assim, o pessoal da Vila está empenhado, já fez a contratação da empresa. E o que eu acho que de repente poderia ser cabível antes do TAC. Porque o TAC, ele tem várias coisas que tem dentro dos artigos aqui que a gente pode escolher cinco anos, porque a multa são 128 mil Ufirs, que hoje está em 3,56, que dá 494 mil reais, hoje. Posterior pode aumentar, pode... Então, e podem ocorrer multas dentro do cronograma de 20%. Não é isso? Pode ocorrer, caso...

O SR. ANDERSON FLIESS - Mudou.
A SRA. CAMILA ZANGUINI - Ah, mudou.
O SR. ANDERSON FLIESS - Essa Portaria é antiga. É uma (não compreendido) técnica que é só multa final mesmo.

A SRA. CAMILA ZANGUINI - Ah, entendi, eu queria ver a viabilidade de, de repente, o Corpo de Bombeiros dar uns seis meses, 180 dias, para a gente fazer parte da execução da obra de elétrica. Em relação à obra de incêndio, são seis hidrantes para instalar. Isso não vai ser mexido no projeto, eu já conversei com o Mozart, não vai entrar nada em relação a hidrante, e o hidrante de passeio. O que pode ser mudado por conta da ventilação é a entrada do Sprinkler, que vamos resolver isso durante essa visita técnica. Então, isso já vai ser meio caminho andado. A gente, com a instalação dos hidrantes lá já vai diminuir o risco em um percentual muito grande.

Então, queria, não sei se existe isso, essa possibilidade, de o Corpo de Bombeiros dar um prazo de 180 dias para ver essa movimentação. Da mesma forma que vocês viram a movimentação de dezembro para cá, que muita coisa mudou, que foram instalados em todos os boxes iluminação, sinalização, e tudo o que foi ponderado por vocês, se daria esse prazo para o pessoal se organizar e executar com eles funcionando. Porque sem estar funcionando não tem recurso para isso.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - O senhor quer... Já como o senhor vai responder a isso, teve a questão de direito de resposta, a gente só precisa encurtar, ser breve nessa audiência aqui em respeito aos demais. Só uma pergunta. É possível, aí o senhor vai responder, é possível a gente sair daqui com acordo de TAC? Eu sei que talvez a gente não consiga fazer uma assinatura aqui, talvez precise de alguém, mas um acordo de TAC, e, aí, eu não sei como seria no caso da associação, se ela teria que fazer algum investimento de imediato. Porque um dos problemas que eu entendi também da associação, é que eles não conseguem levantar fundos porque eles não conseguem trabalhar. (Palmas) Então, fica uma situação, não consegue resolver. Então, assim, não sei, a gente fazer de alguma forma que a gente libere. Talvez, "ah, vamos ter que restringir uma parte da eletricidade". Não sei. Mas a gente sair daqui com alguma coisa que consiga pelo menos, se não o total, mas parcial; não sei, alguma parte que comece a trabalhar e aí gere recurso.

Eu vou passar a palavra para o senhor, e aí o senhor vê quais são as possibilidades de a gente já fazer isso hoje para sair daqui com um direcionamento.

Só para complementar, já vai ser ruim nos próximos meses, que esse negócio de corona vírus, acho que o pessoal vai ficar um pouco em casa.

Por favor.
O SR. ANDERSON FLIESS - Então, quanto aos prazos iniciais, primeiro, respondendo à pergunta dele com relação ao TAC. Resolvendo realmente a questão elétrica a gente já sairia do perigo eminente. Entretanto, existe o temor, temor, digamos assim, porque agora está-se falando em 180 dias. A gente não tinha essa informação de que em 180 dias iria pelo menos executar esse parcial. A gente não recebeu esse cronograma. Entretanto, a legislação é meio que engessada em relação ao prazo. Até multa, até o desembargador falou o absurdo 500 mil. Mas não é o Corpo de Bombeiros que está escolhendo; ela está tabelada no decreto. Eu não dito decreto. E só se descumprimento é após cinco anos onde ela está falando que executa em 180 dias. Então, a gente não está querendo que pague a multa para o Corpo de Bombeiros enriquecer, longe disso. Então, em relação a critérios de prazo e tudo mais, a gente é engessado porque, já deve ter lido lá, a nota técnica, ela elenca todos os prazos das notificações e tudo mais. Isso, a gente teria que marcar uma consulta e discutir na comissão, até porque eu não sou o diretor-geral de serviço técnico. Levar ao diretor e procurar uma solução com relação a essa proposta. Entendeu?

A SRA. CAMILA ZANGUINI - A gente pede, eu estou falando 180 dias, e posterior a isso, aí, se não for cumprido, eu acho válido um TAC até por dois, três anos, ou um tempo menor. Porque, não está dando para gerar o recurso, e obra de incêndio é uma obra cara, obra de elétrica é uma obra cara, aproximadamente 300 mil reais que vai ser o custo para eles, entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Só eles concluírem para a gente poder ter...

Por favor.
O SR. MARCUS OLIVEIRA - Boa-tarde a todos. Com aquiescência do sr. (não compreendido), com a proposição do TAC a gente já pode avaliar se a gente pode deixar, permitir o funcionamento. Por quê? Porque é um remédio que a gente tem em que a outra parte está interessada em fazer. Porque a gente, como o FlieSS falou, a gente não tem esse prazo de 180 dias. A gente tem que fixar num prazo que esteja escrito. Aí, sim, a gente estaria prevaricando, deixando a coisa como está. Mas, está baseado onde? Onde está o prazo? Mas a gente não tem esse prazo de 180 dias. Porém, com a proposição com esse compromisso de ajustamento de conduta, do termo de ajustamento de conduta, desculpe, a outra parte estaria interessada realmente em fazer e teria o prazo não de 180 dias, e, sim, de cinco anos. Então, quer dizer, se você acha que em 180 dias consegue fazer, a gente vai te dar um prazo de cinco anos; então, eu acho uma coisa mais factível.

A SRA. CAMILA ZANGUINI - A minha única preocupação, por minha empresa ser a única responsável, é a questão da multa mesmo. Acho o valor expressivo, mas se a associação que está aqui estiver de acordo, eu já estou até com eles prontos, com o cronograma, já trouxe tudo pronto. A gente sai daqui realmente com tudo resolvido. Eu estou exatamento com tudo... Requerimento inclusive para dar entrada. Tudo pronto.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Então, da parte da associação, ela dá nessa entrada no TAC. E quanto tempo demora a resposta do Corpo de Bombeiros?

A SRA. CAMILA ZANGUINI - Só mais uma pergunta, desculpe. Só vai desinterditar se a gente fizer o TAC, ou se tirar o certificado de aprovação com a execução de tudo?

O SR. MARCUS - Não, não. O condicionante é cessar o perigo eminente.

A SRA. CAMILA ZANGUINI - Sim, que é a parte elétrica.
O SR. MARCUS OLIVEIRA - Que é a parte elétrica.
A SRA. CAMILA ZANGUINI - Que realmente é precária.
O SR. MARCUS OLIVEIRA - Que de dezembro para cá, a gente já viu através dos relatórios fotográficos que estão aqui, melhorou substancialmente.

A SRA. CAMILA ZANGUINI - Sim. Bastante. Tiramos toldo, tiramos tudo que pudesse...

O SR. MARCUS OLIVEIRA - Sim, as desobstruções, a saída de escape, e tudo. E hoje eu acho que o grande problema é a instalação elétrica, porque as demais coisas foram realmente feitas.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - E esse Termo da instalação elétrica já tem? Como é que está?

A SRA. CAMILA ZANGUINI - Tem, tem o contrato já. O rapaz está para começar a obra agora, eu acho que...

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - A entrada na obra é junto ao Corpo de Bombeiros?

A SRA. CAMILA ZANGUINI - Não, não.
(Fala fora do microfone)

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Entendi, entendi.

(Fala fora do microfone)

O SR. JAMILSON FERRINHA - Agora, lembrar vai ficar mais complicado, mas a gente tenta. Se assinar o TAC, libera. Então, nós temos uma pendência mais burocrática do que factual. Porque as exigências fáticas foram cumpridas. Para que a empresa comece a obra, embora já esteja tudo certo com a empresa, é necessário pagar a entrada. Não tem como a empresa começar a obra sem pagar a entrada. E para conseguir o dinheiro para pagar a entrada eles têm que começar a trabalhar. Então, a sugestão desse prazo de 180 dias, justamente a sugestão do andamento de um projeto normal nos bombeiros. Quando você dá entrada num projeto nos bombeiros, se eu estiver enganado me corrija, quando você dá entrada num projeto nos bombeiros, você tem um prazo para você ir cumprindo, e sem sofrer uma interdição.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Não, mas o que eu entendi é que antes do TAC precisa cessar o risco eminente para poder fazer o TAC. Não é isso? E o risco eminente tem que corrigir a elétrica, e por sua vez a elétrica não consegue ser corrigida porque não tem dinheiro. Aí, esse corrigir a elétrica é exatamente o que o bombeiro sugere que é corrigir elétrica? Executar a obra toda?

O SR. - Não, não. Eles têm, eles têm.
A SRA. CAMILA ZANGUINI - A declaração que eles haviam solicitado.

O SR. ANDERSON FLIESS - Não vai testar a elétrica. Só que na situação atual não tem um documento de responsabilidade técnica de um profissional certificando que aquilo está em condições seguras. Aí, imagina, a gente desinterditado pela questão social elencada pelo desembargador, tem um curto-circuito, pega fogo, e a gente desinterditado?

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Na verdade os senhores precisam de uma ART dizendo o seguinte, "e está dentro dos padrões e está..." É isso?

O SR. ANDERSON FLIESS - Isso.
O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Então, na verdade, a gente precisa de um engenheiro que assine...

A SRA. CAMILA ZANGUINI - A ART foi dada entrada, só que, além disso, eles pedem... Porque na ART ele não diz que foi instalação, ele diz que foi manutenção e projeto. Não é isso que o senhor acabou... Análise das instalações.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Vocês conseguem um engenheiro que corrija?

A SRA. CAMILA ZANGUINI - Então, ele vai emitir uma ART de execução, e no despacho, no último despacho do Corpo de Bombeiros foi solicitado que desse uma declaração - você está aí com o processo, porque eu não estou. No item, ele diz que necessita de uma declaração do engenheiro. É o último despacho, esse que está na frente. Acho que está lá no... Uma declaração do engenheiro dizendo que não existe mais risco iminente na Vila, no local.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Tá. Então, eu acho que a gente está chegando a um entendimento aqui. Vocês vão apresentar uma ART de execução ao Corpo de Bombeiros.

A SRA. CAMILA ZANGUINI - Exatamente.
O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Exato. Com essa ART a gente consegue cessar o risco eminente.

A SRA. CAMILA ZANGUINI - Com a declaração.
O SR. ANDERSON FLIESS - Isso. Ou ele se responsabilizando.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - E você consegue isso...

A SRA. CAMILA ZANGUINI - Eu, não. A minha empresa... (Falas paralelas)

A SRA. HEREDIA ALVES - Sim, mas o engenheiro... Só um adendo. O engenheiro, ele disse o seguinte, de elétrica. Ele emitiu uma ART na qual ele disse que faria a obra, emitiu a ART dizendo que faria a obra. Agora, ele também não pode nesse momento emitir uma ART dizendo que cessou o risco iminente. Porque na verdade a gente está pedindo um prazo para fazer a obra.
(Falas paralelas)

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Mas, aí, a gente tem um problema, porque o Corpo de Bombeiros não testa, ele diz o seguinte. O engenheiro que apresentar a ART tem que dizer o seguinte. Olha, eu estou começando a obra e não oferece risco.

A SRA. HEREDIA ALVES - Ah, sim.
O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Aí o Corpo de Bombeiros vai dizer o seguinte. Se tem um engenheiro dizendo aqui que não oferece, não sou eu que vou contradizer o engenheiro. A gente só precisa disso, de um engenheiro. É fazer isso e pronto.

A SRA. JANIRA ROCHA - Exa. me permite?

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Pois não.

A SRA. JANIRA ROCHA - Na verdade, o debate que foi feito aqui, foi muito importante o debate, e esse debate foi contraditório em argumentações em alguns momentos, ele trouxe

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Faz parte, faz parte da democracia.

A SRA. JANIRA ROCHA - ... exatamente, ele trouxe, pelo que me parece, pela intervenção dos parlamentares à Mesa, ele trouxe a um consenso. V. exa. e o deputado Rodrigo já expressaram o desejo de solucionar. E inclusive o senhor já entendeu da necessidade da liberação do trabalho para que as questões sejam efetivadas. Se há um entendimento político comum, se essa conclusão já é comum, me parece que o detalhe de como se vai chegar à saída, ele poderia ser passado para técnicos, tanto legislativos quanto do Corpo de Bombeiros, porque a decisão política, o entendimento político comum, ele foi alcançado.

Querida dizer a v. exa., que eu fui deputada aqui nesta Casa, e participei da CPI da Região Serrana quando houve lá aquela tragédia, em 2012, na Região Serrana. Nós vivemos uma situação parecida a que v. exas. estão vivendo, porque existiam pessoas que estavam morando em áreas de risco, com títulos de posse dados por prefeituras da região. E, apesar de terem o título de posse irregular, mas dado pelas prefeituras, existia a situação de risco eminente, e aquelas pessoas precisavam ser retiradas dali. Teve um debate muito grande entre as representações, se tirava ou não tirava, o problema social, e a responsabilidade dos bombeiros e do próprio estado em não deixar ali para que aquelas vidas se perdessem. Existia o problema, o Parlamento se reuniu e construiu leis, nós votamos, nós construímos e elaboramos leis que solucionassem aquele problema.

Então, aqui, cada um no seu pedaço. O Parlamento, na figura de v. exa., inclusive eu quero dizer que muitas vezes a gente assiste v. exas. nas mídias, nas redes sociais, e não faz justiça ao papel que cumpriram nessa audiência. Polemizaram, mas trabalharam por uma solução. Estão se colocando por uma solução. Então, na